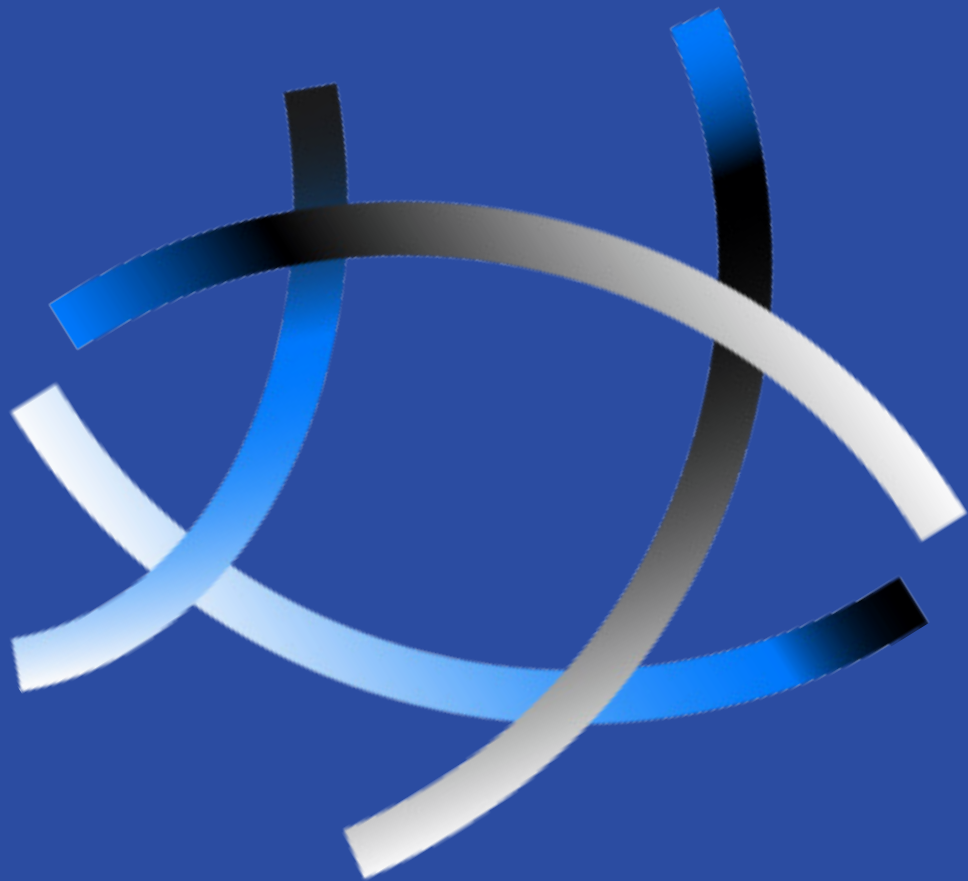


O efeito privatização em São Paulo



Uma longa reportagem que se propõe a trazer as boas soluções e os entraves encontrados nas relações público-privadas nas últimas três décadas em SP



Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Nascimento, Matheus Silva
O Efeito privatização em São Paulo: Uma longa reportagem que se propõe a trazer as boas soluções e os entraves encontrados nas relações público-privadas nas últimas três décadas em SP / Matheus Silva Nascimento; orientador, André Chaves de Melo Silva. - São Paulo, 2024.
24 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Jornalismo e Editoração / Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Agenda de privatizações. 2. Opinião pública. 3.
Debate. 4. Relações público-privadas. 5. São Paulo. I.
Chaves de Melo Silva, André. II. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

O efeito privatização em São Paulo



MINILIVRO
COM A
LONGA REPORTAGEM

MATHEUS SILVA NASCIMENTO

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
BACHAREL EM JORNALISMO**



SÃO PAULO
2024



Foto: Roosevelt Cassio/Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo

Resumo

Esta pesquisa irá tratar das consequências evidenciadas nos processos de privatizações de empresas públicas para a sociedade paulista. Nas referências bibliográficas estão alguns pesquisadores sobre o impacto das privatizações na economia brasileira tendo em vista a intensificação do processo de desestatização no país. Elas são indispensáveis para a pesquisa porque poderão trazer um comparativo entre o momento econômico do país na década de 90 e auxiliar no comparativo sobre o que as fontes revelam na reportagem sobre a conjuntura das privatizações no cenário atual.

Palavras-Chaves: Privatizações, São Paulo, Economia, Estatais, Opinião pública.

Abstract

This research will address the consequences evidenced in the privatization processes of public companies for the São Paulo society. The bibliography includes several researchers focused on the impact of privatizations on the Brazilian economy, considering the intensification of the privatization process in the country. These references are essential for the research as they will provide a comparison between the country's economic situation in the 1990s and assist in analyzing what the sources reveal in the report about the current context of privatizations.

Keywords: Privatizations, São Paulo, economy, State-owned companies, Public opinion.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus familiares, em especial aos meus pais e amigos, que durante o meu percurso acadêmico foram o maior suporte e incentivo para fomentar os melhores sentimentos, expectativas e ideias. Desde a época do vestibular até a concretização de me tornar um aluno na maior universidade da América Latina foram muitas pessoas que tiveram alguma contribuição em diversos momentos, por isso seria desleal citar apenas alguns nomes. Por isso, quero recordar aqui especialmente todos os professores na qual me incentivaram a não desistir, ser sempre empenhado mesmo em meio as dificuldades e, principalmente, a sonhar com um mundo melhor. Por eles, quero continuar vivendo e observando ainda mais, compreendendo que a responsabilidade e a ética jornalística se concretiza inevitavelmente a partir da escuta.



Agradecimentos

Gostaria de deixar registrado sem restrição a minha gratidão a todos os profissionais da ECA-USP, em especial do Departamento de Jornalismo e Editoração, que tiveram inúmeras contribuições para a minha evolução como estudante, mas, principalmente no que se diz respeito do desenvolvimento nas relações interpessoais e humanas. Aos professores, em especial meu orientador, André, quero expressar minha amizade e lhes dizer que terei sempre guardado todos os momentos que compartilhamos juntos. A preciosidade do conhecimento compartilhado em aula são sua maior riqueza.

Um novo panorama sobre o debate

Durante a década de 90, os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso foram em sua maioria os responsáveis pela fragmentação do Estado aos interesses privados. Nesse período, as corporações proprietárias de veículos de imprensa tiveram o papel de expor as principais influências na economia brasileira após diversas estatais federais serem privatizadas. Indiscutivelmente a cobertura sobre o assunto repercutiu as tendências econômicas neoliberais que chegaram ao país desempenharam influências em diferentes setores políticos lado a lado da globalização. Todo esse processo resultou na intensificação das privatizações.

Tendo esse contexto como panorama, este projeto de pesquisa pretende estabelecer que as privatizações em São Paulo estão gerando diversas provocações na opinião pública, influenciados pela circulação de narrativas conflitantes sobre o tema. As principais críticas sempre foram embasadas na questão do loteamento político que é estabelecido como “comum” para cargos importantes nas empresas estatais. A maior prova do crescimento do discurso favorável às privatizações é que recentemente, durante o Governo Bolsonaro, foram realizados alguns estudos em empresas que são importantes para o desenvolvimento de diferentes setores da economia como, os Correios, a Petrobras, Casa da Moeda, Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Ao mesmo tempo em que a desestatização representa a subtração de ativos do poder público, ela também pode deixar impactos na produção de políti-

cas públicas das cidades, podendo elas serem positivas ou negativas.

Por conta disso, por parte do Estado cria-se poucos instrumentos de mitigação deste conflito que por um lado defende que deve haver uma auto-regulação da economia e, em adição, não aprecia as críticas de setores políticos sobre o controle das empresas privadas em relação à diversos bens e serviços essenciais. Dessa forma, a maioria das privatizações resultaram em fracassos e grandes prejuízos para a sociedade, fato que por um tempo colaborou para o crescimento da “descrença” no apoio irrestrito aos projetos de privatização.

Mesmo assim, privatizações continuam ocorrendo principalmente em setores estratégicos, como o de bens e serviços essenciais. A concessionária de energia elétrica Enel detém a concessão por parte do Governo Federal para o gerenciamento e manutenção de redes e fornecimento de energia em diversas regiões do Brasil. Atualmente, a empresa tem sido alvo de multas milionárias e sanções aplicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pelo Procon-SP após passar por dificuldades de atendimento ao consumidor durante crises provocadas pela falta de energia na região metropolitana da capital.

As punições visam punir a empresa por descumprimento de normas, falhas na prestação de serviços e atendimento inadequado aos consumidores. As multas refletem um histórico de problemas na atuação da Enel, que incluem, falhas na qualidade do fornecimento de energia, dificuldades no atendimento ao consumidor e a falta de transparência na comunicação com os consumidores e descumprimento de normas da Aneel.

A privatização da Sabesp, companhia de saneamento básico do estado, foi aprovada em dezembro de 2023 pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Tarcísio de Freitas. Em maio de 2024, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a adesão da capital à privatização, mas a decisão foi suspensa pela Justiça por conta de evidências de irregularidades na votação. Acompanhar os desdobramentos será importante porque incentiva o debate público sobre a pauta que é de grande relevância para a sociedade.

É importante ressaltar que nem todas as privatizações são sinônimo de fracasso. Diversas empresas privatizadas no Brasil contribuem para o desenvolvimento do país. No entanto, os casos de empresas que entraram em crise após a privatização revelam os riscos envolvidos nesse processo. As transformações no mundo do trabalho após a adoção do modelo neoliberal no país só se efetivaram com a participação do governo, das empresas, trabalhadores, sindicatos e sociedade civil. Por fim, a bibliografia sobre o tema utilizada na pesquisa servirá de apoio para a compreensão do porquê, em alguns casos, as medidas elaboradas pelas empresas não foram capazes de reduzir os impactos negativos das privatizações.

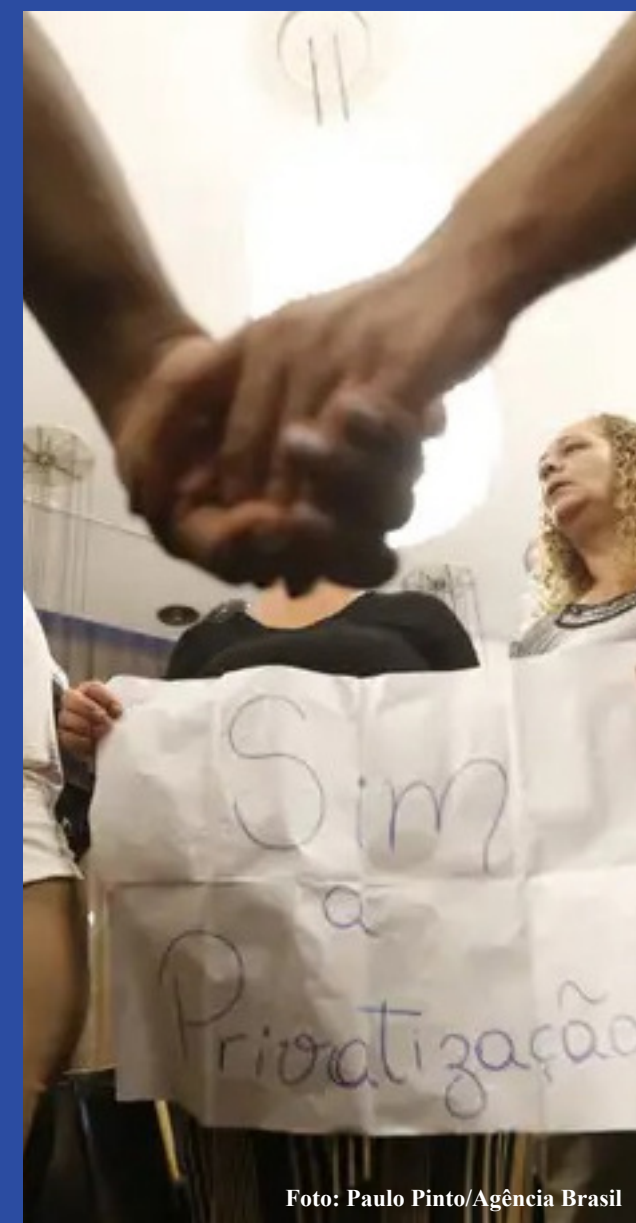


Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Objetivo

Refletir sobre quais foram as principais privatizações realizadas no estado durante as últimas três décadas, dispondo de informações que estabeleçam um panorama das empresas privatizadas durante os governos e demonstrar que os casos de empresas que entraram em crise após a privatização servem como um alerta para os riscos envolvidos nesse processo, a necessidade de um acompanhamento rigoroso por parte da imprensa e da sociedade civil sobre os processos de privatização em andamento.

LONGA REPORTAGEM

Por que a agenda de privatização de empresas públicas prospera em São Paulo?

A população enfrenta um esvaziamento do debate em um cenário que críticos apontam os riscos de aumento da desigualdades e defensores afirmam que a iniciativa privada é capaz de 'solucionar' demandas das empresas públicas

No Brasil pós-redemocratização, a sociedade experimentou um período de profundas transformações, que foram acompanhadas por um processo de privatização de empresas estatais. Margaret Thatcher, primeira-ministra da Inglaterra, e Ronald Reagan, então presidente norte-americano, implantaram ainda nos anos 80 algumas políticas econômicas neoliberais que pautavam a liberalização das relações comerciais e a desregulamentação dos mercados.

No cenário internacional, as diretrizes sugeridas no chamado Consenso de Washington influenciaram as políticas econômicas de diversos países, redefinindo o papel do Estado e promovendo mudanças estruturais na economia. Em 1990, o governo Fernando Collor de Mello criou o Programa Nacional de Desestatização (PND) para tentar resolver o que eram os grandes problemas do Brasil até então: o aumento da dívida pública e controle da inflação inercial.

Com Itamar Franco, o plano foi fortalecido e ampliado com maiores parcerias entre o poder público e o privado. Era o grande momento de consolidação da ideia pretensiosa de modernização da economia brasileira, que se baseou principalmente na abertura do mercado interno às importações, e, que tem como plano de fundo a elaboração do Plano Real.

O jornalista e escritor Aloysio Biondi expôs no livro *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do estado* (1999) que o governo de Fernando Henrique Cardoso adota uma política econômica de continuidade das privatizações e que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

e Social (BNDES) passa a atuar em benefício da iniciativa privada, através de financiamentos e da 'pulverização' das ações de empresas privatizadas.

Na época, os grandes veículos de imprensa colaboraram para a disseminação perante à opinião pública da necessidade de se ajustar a economia brasileira aos padrões neoliberais. Crítico da atuação da imprensa interligada aos interesses de grupos econômicos internacionais no Brasil, Biondi escreveu que foi a partir da política econômica de Collor que analistas e jornalistas econômicos passaram a se render a um 'otimismo alienado' dos números e fatos na cobertura sobre privatizações.

Evidentemente, a economia de São Paulo contribuiu para a adoção do modelo neoliberal e a modernização das práticas nos setores privatizados, com diversos incentivos. O Congresso Nacional implementou medidas como a Lei nº 8.949/94, que flexibilizou a legislação trabalhista e facilitou contratações via cooperativas, além do Decreto nº 2.100/96, que ampliou as possibilidades de demissões sem justificativa, enfraquecendo a proteção ao trabalhador. Essa flexibilização gerou críticas quanto à precarização das condições de trabalho e ao enfraquecimento dos direitos trabalhistas.

O estado de São Paulo, assim como o restante do país, priorizou a venda de ativos para o setor privado. Embora tenham contribuído em diversos setores, economistas também alertavam sobre os possíveis impactos sociais e econômicos a longo prazo das privatizações, entre elas, o desequilíbrio fiscal do que

em tese é a conta corrente da nação: o orçamento governamental (poupança do governo e privada).

Um caso que reflete essa problemática é o do antigo banco estadual paulista. No final de 1994, a poucos dias da posse do governador Mário Covas, o Banco Central decretou a intervenção no Banespa sob a justificativa de que o estado havia deixado de pagar uma parcela do acordo de refinanciamento da dívida para o governo federal.

No livro, Biondi explica que o discurso era o de que o banco estaria "quebrado", porém alguns anos depois foi comprovado que a instituição financeira tinha diversos créditos a receber, inclusive do próprio governo estadual.

Essa nova configuração do setor privado ganha apoio político suficiente para estabelecer parâmetros na conquista de bancadas e representações parlamentares. Com isso, o mercado passou a ser impactado por um aumento significativo da informalidade no trabalho, que saltou de 40% da população ocupada em 1995 para 47% em 2000, de acordo com os dados anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE.

Desde então, a oscilação da taxa de desemprego reflete a permanência de desafios estruturais não resolvidos nos anos 90. A tentativa de recuperação por meio de programas como o "Emprega Brasil" e a Lei da Terceirização não contiveram períodos de recessão. Entretanto, nos governos de Lula e Dilma, houve uma mescla entre crescimento econômico e abertura à inclusão social, com a efetivação de políticas como o aumento do salário mínimo e criação do Bolsa Família.

Os setores siderúrgico e petroquímico foram a primeira experiência de privatização

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) foram uma das primeiras estatais desestatizadas. Ambas empresas tiveram um impacto significativo no estado de São Paulo, que sempre foi um dos principais pólos siderúrgicos do país.

Entre uma das principais motivações para empresas de setores estratégicos para o país serem privatizadas é a de que a política de 'congelamento' de preços já não estava mais colaborando na redução da inflação e reestruturação produtiva do setor.

Com a redução no quadro de funcionários das empresas, os sindicatos dos metalúrgicos enfrentaram desafios para manter seus direitos e representação. O próprio BNDES já não executava inteiramente o papel de 'financiador' das estatais e muitas delas passaram a depender de seus próprios lucros ou de empréstimos internacionais. As notícias sobre a privatização de empresas do setor petroquímico foram intencionalmente capazes de "jogar a opinião pública contra as empresas estatais e promover o apoio às privatizações", afirma Biondi em seu livro.

Amauri Pollachi, especialista em recursos hídricos e membro do Conselho de Orientação do Observatório dos Direitos à Água e Saneamento (Ondas), conta que, diferentemente dessa época, a maioria da população brasileira não demonstra mais tanta 'confiança' na privatização. Pesquisas mostram que a divergência sobre o tema cresce expressivamente nos últimos anos.



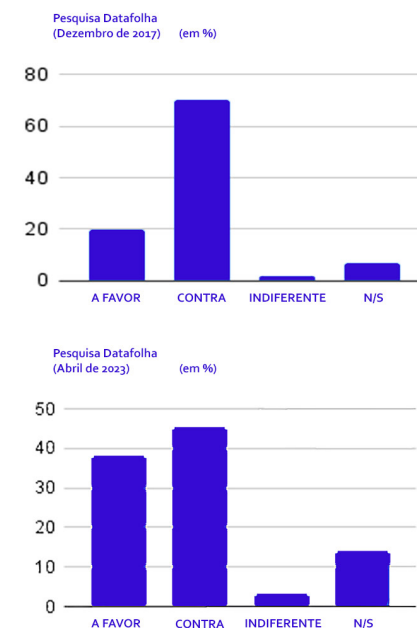
Trabalhadores do setor elétrico protestam contra privatização do setor elétrico em frente ao Palácio do Planalto.

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Atualmente as privatizações voltam a ser fortemente agendadas pela opinião pública, uma característica comum em tempos de crises e estabilidade econômica. Na virada do milênio, por exemplo, a Petrobras enfrentou um período de ajustes, apostando na quebra do monopólio e investimentos em novas tecnologias, inclusive sendo atuante em projetos de exploração —para conter os efeitos da queda do preço do barril de petróleo.

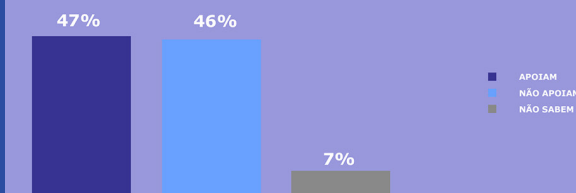
Essas medidas foram implementadas paulatinamente, e, somente inseridas definitivamente na política econômica de FHC, buscando aumentar a eficiência e a competitividade das empresas em seus respectivos setores.

Dados com o apoio da população brasileira sobre as privatizações



Pesquisa PODERDATA

Apoio da população brasileira em relação às privatizações



Arte: Matheus Nascimento/ECA USP

Entre 1990 e 1992, a gestão de Fernando Collor promoveu a privatização de empresas nas áreas siderúrgica, petroquímica e de fertilizantes, entre elas Usiminas, Copesul e Fosfertil.

O caso do setor elétrico

A Companhia Energética de São Paulo (CESP) era a empresa responsável por grande parte da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no estado. Em 1996, o governador Mário Covas teve abertura legal para iniciar o processo de privatização do setor energético.

Após a avaliação de especialistas técnicos, a Eletropaulo foi considerada uma empresa grande demais para ser privatizada e foi dividida em quatro blocos. Um deles, a Eletropaulo Metropolitana —atualmente Enel Distribuição SP— foi privatizada somente em 1999 para o consórcio multinacional AES/EDF/CSN.

Dentre as companhias destinadas à geração de energia, haviam sido desestatizadas a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e em 1998 foi criada a Elektro para explorar os serviços públicos de distribuição e de geração de energia elétrica em diversos municípios paulistas.

No ano seguinte a CESP também acabou vendendo a parte que detinha da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) em um leilão na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa). A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) foi a última do grupo a ser privatizada ainda neste ano.

A Light São Paulo, protagonista no setor elétrico paulista muito antes da fusão da CESP, foi impactada pelos desafios de garantir a qualidade do serviço em um contexto de transição de gestão. Os apagões recorrentes ao longo da década de 90, que afetaram diversas cidades brasileiras, são um reflexo claro da falta de previsibilidade e da negligência tanto das empresas quanto do poder público. A precarização na regulação gerou prejuízos econômicos e aumentou o descrédito da população nas empresas.

“Quando a gente fala da prestação de serviços no setor elétrico, houve uma opção de se fazer a privatização daquilo que era considerado o ‘filé mignon’: a distribuição de energia. É a esfera onde se tem necessidade de menor investimento, ou seja, sempre é mais caro fazer investimentos para geração de energia em uma hidroelétrica, parque de geração eólica ou de energia solar”, explica Pollachi.



A privatização da Eletropaulo, uma das principais empresas de distribuição de energia elétrica de São Paulo, foi um marco significativo na gestão do setor.

Foto: Rovena Alves/Agência Brasil



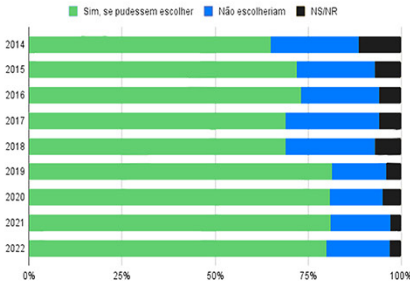
Foto: Arquivo/Agência Brasil

Essas novas empresas geraram maior concorrência no setor, mas esse fato não colaborou na redução das tarifas e na melhoria da qualidade dos serviços de fornecimento e manutenção de infraestruturas urbanas de cabeamento. As análises de Biondi revelaram informações importantes sobre os contratos: na verdade eles previam reajustes anuais nos valores de acordo com a inflação.

Pesquisas de avaliação sobre empresas do setor elétrico

Se pudesse, você escolheria a empresa de fornecimento de energia elétrica?

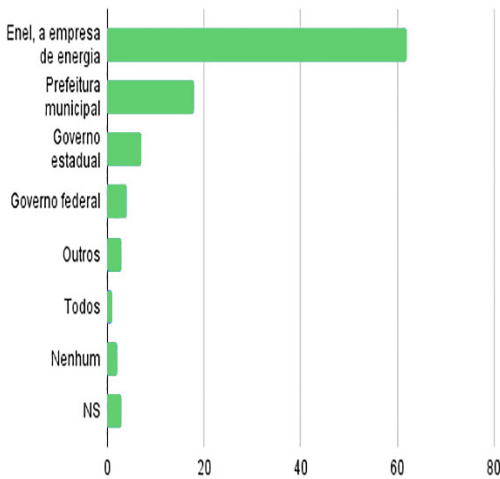
COMPARATIVO 2014-2022 (Datafolha Nov. 2022)



Na sua opinião, quem é o principal culpado pelas quedas de energia na cidade de São Paulo?

(Datafolha Mar. 2024)

(Resposta estimulada, em %)



Maiores tarifas no estado

Distribuidora	UF	Ranking	Tarifa Convencional
Cedrap	SP	1	1,01822
Ceris	SP	2	0,91619
Cedri	SP	3	0,90148
CERMC	SP	4	0,89913
Cetril	SP	5	0,81059
CERRP	SP	6	0,79399
CERVAM	SP	7	0,75997
Cerim	SP	8	0,7362
Cerpro	SP	9	0,71602
Neoenergia Elektro	SP	10	0,71095
Cerhe	SP	11	0,7047
CPFL Paulista	SP	12	0,70235
EDP SP	SP	13	0,69795
CPFL Piratininga	SP	14	0,67742
CPFL Santa Cruz (agrupada)	SP	15	0,67044
Ceripa	SP	16	0,66982
Enel SP	SP	17	0,63624
ESS (agrupada)	SP	18	0,62313
Cemirim	SP	19	0,60409

Fonte: Ranking de tarifas da ANEEL (atualizado)
(Valores em R\$ por Kw/h)

Arte: Matheus Nascimento/ECA USP

A precarização da atuação da Enel no fornecimento e atendimento à população na Grande SP

A Enel foi condenada a indenizar clientes que ficaram longos períodos sem energia durante um apagão após as fortes chuvas na Região Metropolitana de São Paulo em novembro de 2023 e realizou menos de 20% dos pagamentos. Além disso, recebeu uma enxurrada de denúncias de consumidores através do Procon-SP. A empresa também chegou a ser multada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 165,8 milhões de reais. No total, as penalizações financeiras chegaram ao valor de 320 milhões de reais.



Os orelhões da Telefônica são importantes símbolos do avanço na universalização da telefonia e de uma comunicação mais acessível no Brasil. O serviço de telefonia pública enfrenta um período de obsolescência desde a transformação ocasionada pela criação dos smartphones como alternativa para a utilização dos serviços de telefonia e acesso à internet em um só equipamento.

Foto: Diego Torres Silvestre/Wikimedia Commons

A universalização do acesso à telefonia e a prestação de serviços da Telefônica Brasil

Até 1997 a Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S.A.) era uma empresa estatal. Biondi foi um dos pioneiros na elaboração de análises que focaram em diversos momentos na comparação entre o modelo de gestão da Telebrás e das empresas privadas após a desestatização.

A lógica do governo federal na administração da repercussão sobre o caso teve uma característica bem peculiar. A partir da divulgação de que tinham o interesse de realizar a privatização, também se empenharam em fazer o descongelamento das tarifas e investimentos em infraestrutura em larga escala.

Com isso, a iniciativa privada criou a expectativa no mercado de que teriam retorno rápido sobre o capital aplicado nas redes e assim que as privatizações passaram a ocorrer, recebiam incentivos por parte do governo que nenhuma empresa estatal havia tido até então.

A aquisição da Telesp, uma das concessionárias regionais, permitiu à empresa espanhola Telefônica expandir rapidamente sua operação e consolidar sua posição no mercado brasileiro. Entre os avanços no setor para a sociedade paulista estão a expansão da rede de telefonia fixa e móvel —infraestrutura de telefones públicos, os 'orelhões'—, banda larga e serviços de TV por assinatura. Atualmente, a empresa está operando sob a marca Vivo no Brasil.

"Se a gente considerar esse período, houve uma mudança radical em termos de tecnologia. O que se tinha em termos de tecnologia era somente

telefone fixo. O telefone celular era uma raridade, extremamente caro”, explica Pollachi, quando questionado sobre o discurso de que as empresas do setor eram onerosas ao Estado.

Essa afirmação é condizente com a argumentação de Biondi que ao longo de suas análises apontou algumas das ‘distrações’ veiculadas pelos grandes veículos de comunicação e pelo governo durante muitos anos como alternativa de ênfase ao discurso de que estariam dando ‘abertura ao debate sobre o tema’.

Cerca de três décadas depois, grupos econômicos e políticos continuam tendo forte influência sobre as decisões de privatização, direcionando o debate para seus próprios interesses e limitando a participação da sociedade civil em diferentes setores.

Camila Lisboa, socióloga e presidente do Sindicato dos Metroviários do estado de São Paulo, tem um posicionamento crítico sobre a questão porque avalia que aliar o discurso de geração de economia com o enxugamento do Estado não é mais plausível.

“Os contratos não são mais baratos para o Estado, acabam proporcionando maior necessidade de atuação pública em determinados pontos”, pontua.

Biondi afirma no livro que a ‘entrega’ de empresas para poucos grupos empresariais representou um dos grandes problemas dos governos. Muitos dos contratos permitiam o pagamento em forma de ‘moedas podres’ —títulos antigos do governo, capturados pelas empresas por preços baixíssimos—, o financiamento das dívidas das estatais —incluindo compromissos trabalhistas— e as vendas a prazo com juros baixos.

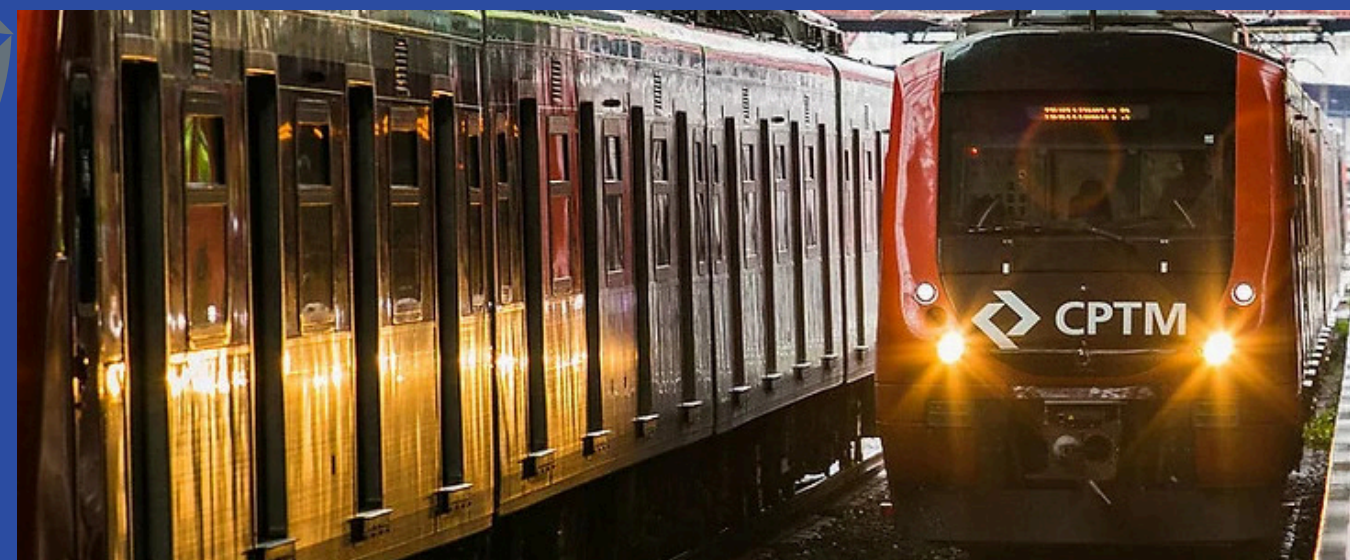
O professor Titular da Cátedra Chafi Haddad do Insper, Sérgio Lazzarini, lembrou em entrevista a essa reportagem que os governos normalmente propõem seus projetos de desestatização e as empresas que querem a privatização normalmente podem não demonstrar interesse em atender certas variáveis sociais que são do interesse público.

“Isso dá uma abordagem um pouco



mais racional para a decisão de privatizar, porque essa discussão é muito emocional, que parte sempre do mesmo questionamento: ‘privatiza’ ou ‘estatiza’ tudo?’, opina.

Infraestrutura de transportes, mobilidade e desenvolvimento sustentável: os desafios que ainda precisam ser superados



Com a proposta de privatização do Metrô e da CPTM em São Paulo, o governo do estado enfrenta críticos com o contra argumento de que transferir a gestão de linhas de metrô e trem para a iniciativa privada irá aumentar a eficiência, atrair investimentos e melhorar a qualidade dos serviços para os usuários.

Foto: Edson Lopes/A2 Fotografia - Arquivo Governo de SP

Desde o final da década de 50, no governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil começou a diminuir o investimento em ferrovias. Com a chegada e fortalecimento da indústria automobilística no país se inicia uma nova era na destinação de investimentos em infraestrutura na área de transportes: o rodoviarismo.

“A gestão do ex-prefeito Prestes Maia é muito conhecida pelo anteprojeto de avenidas. São Paulo é o maior exemplo desse conceito de priorizar o transporte sobre pneus, particularmente de carros, criando um modelo de vida”, explica a socióloga.

Pollachi recorda que na época grandes órgãos de financiamento, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), passaram a ser uma grande aposta para desenvolvimento de infraestrutura em todo o mundo.

A desestatização da malha ferroviária gerou diversas consequências para o país, como a concentração do transporte de cargas nas estradas e os impactos ambientais na saúde pública das pessoas a longo prazo por conta da poluição emitida durante as construções —que são mais rápidas e menos complexas— e pelos automóveis.

Estrategicamente, os paulistas souberam desempenhar um papel contundente a partir do governo de Mário Covas na revisão dos erros em processos de privatização, dificultando privatizações de empresas estaduais em São Paulo.

No final dos anos 80, o governo de Orestes Quéricia havia desestatizado a Viação Aérea São Paulo (VASP) por um valor considerado baixo, dando início a uma nova era para as empresas de aviação do Brasil.

Em paralelo, emergiram mobilizações por parte da sociedade, como sindicatos, movimentos sociais, estudantis e partidos políticos. A população insatisfeita com os processos passaram a ter pouco a pouco mais cobertura por parte da imprensa, que, assim como as instituições do setor público, foram pressionadas a acentuar o acompanhamento dos casos.

“

Eu acho que o primeiro princípio é o de que a entrega estatal ou privada não são perfeitas. A entrega colaborativa, uma parceria programada, também pode não ser perfeita. Todas elas vão ter custos e benefícios. É uma forma muito honesta e transparente de análise”, diz Lazzarini quando perguntado sobre a questão da escolha pela privatização.

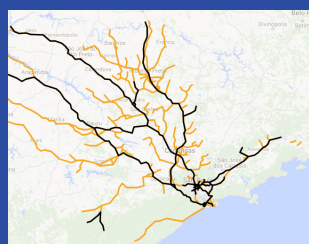
Ainda sobre as implicações do forte apelo de instituições da sociedade civil no acompanhamento dos processos de privatização, a presidente do Sindicato dos Metroviários do estado reitera que os trabalhadores, movimentos sociais e sindicatos devem sempre lutar pelos seus direitos.

“Ninguém faz greve porque quer, mas ela é um direito constitucional. Vejo que as relações de trabalho são muito atacadas e se isso é percebido na esfera pública, imagina então no setor privado”, acrescenta.

Patrícia Laczynski, doutora em Administração Pública e professora no Instituto das Cidades na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), conta que o desenvolvimento desses padrões divergentes sobre o tema foram notados por ela quando o então prefeito da cidade de São Paulo, João Doria, em seu primeiro ano de mandato produziu um vídeo em que, segundo ela, coloca ‘São Paulo à venda’.

“O Vigência [coletivo de ativistas que se dedica à pesquisa das consequências da concentração de renda sobre o bem-estar e a justiça social da sociedade] fez um estudo que foi a base para o meu artigo”, conta.

O que é praticado no âmbito federal e o que está sendo feito atualmente no âmbito do estado de São Paulo sobre o tema é muito ambíguo, mas sem dúvidas complementar. O Vigência descreve esse fenômeno como a ‘privatização da democracia’ e aponta que é cada vez maior a abertura política para atores econômicos exercerem influência em áreas como o de administração de estradas e ferrovias.



Mapa atualizado da malha ferroviária do estado (linha marrom)



Foto: Divulgação/Governo do Estado de São Paulo

“

O valor do pedágio por quilômetro nas rodovias federais é sensivelmente menor do que nas estaduais. Um exemplo disso é a rodovia Presidente Dutra. O que não condiz é a concessão com implantação de pedágios na Raposo Tavares. Colocar pórticos de pedágio em uma região que tem uma extensão de cerca de 30 quilômetros entre São Paulo e Cotia é um crime”, observa Amauri, conselheiro do Ondas.

Ainda segundo o estudo, desde a aprovação do Código Florestal Brasileiro em 2012 surgiram diversas consequências ao desenvolvimento socioeconômico sustentável. A formação de lobbies em diversas conjunturas políticas no Congresso — e as interferências na relatoria do projeto de lei— abriram espaço para o crescimento do desmatamento ambiental em escalas cada vez mais assustadoras no país.

Camila Lisboa acredita que, devido à crise climática, os governos deveriam ter mais participação na elaboração de projetos que possam recuperar não só a malha ferroviária existente, como também investir na criação de novos trechos para transporte de cargas e passageiros nas grandes cidades brasileiras.

“A experiência da privatização das linhas 8 e 9 da CPTM para o Grupo CCR piorou muito a entrega para a população. A premissa deve ser a de que transporte público é uma obrigação social. Quem coordena e ‘banca’ a construção de toda infraestrutura, como estações, trens e pátios, é o Estado. No final, sempre a maior parcela é de dinheiro público”, explica.

Até o final de seu mandato, o governador Tarcísio (Republicanos) pretende privatizar todas as linhas do Metrô e da CPTM com a justificativa de que será a maneira mais eficiente de recuperar a saúde financeira das estatais. Segundo balanço financeiro deste ano, as duas empresas tiveram um déficit de R\$ 1,75 bilhão no ano passado.

A ausência de debate na privatização da Sabesp

O projeto que autorizou a privatização da Sabesp foi aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo em dezembro de 2023. Neste ano, a Equato-

rial Energia comprou 15% das ações por R\$ 6,9 bilhões, sendo a única proposta apresentada. O estado detinha 50,3% do controle acionário da

empresa, agora detém 18%. No total, o governo arrecadou R\$ 14,8 bilhões com venda de ações para a acionista de referência e demais investidores.

Antes mesmo do projeto de privatização, o próprio governo havia 'abrido mão' de 49,7% das ações, que foram negociadas nas bolsas de valores de São Paulo e Nova Iorque. Com isso, a empresa tornou-se uma 'empresa de capital misto'.

De acordo com os estudos do professor Lazzarini, a ideia de medição das capacidades governamentais na administração pública podem não ser sempre conclusivas em alguns setores. No caso da privatização do saneamento no Chile nos anos 70, por exemplo, a reestatização foi tratada como alternativa para contornar as falhas de regulação do setor.

Amauri Pollachi afirma que o Transnational Institute (TNI) vem realizando estudos desde 2019 sobre o custo-qualidade da prestação do serviço público em diversos setores que estão sob tutela do setor privado ou parcerias público-privada.

“Eles fizeram um levantamento a respeito de saneamento e entre várias cidades mais de 300 haviam reestatizado. Um exemplo é a privatização em Londres que deixou legado negativo, pois as empresas privadas tiveram lucros altíssimos e as tarifas subiram”, conta.

Os investimentos necessários para universalizar o acesso ao saneamento são altos e na verdade existem municípios que sequer possuem infraestrutura de fornecimento de água e esgoto ou quando possuem está prejudicada. De acordo com estudos, isso dificulta a expansão da rede e a melhoria da qualidade na prestação.

A licitação aberta pelo governo estadual não teve concorrência por diversos fatores, mas o principal deles foi a insegurança jurídica provocada pelas contestações sobre a legalidade do processo de privatização na justiça. A criação de regras rígidas pelos licitantes implicou na desistência de potenciais concorrentes e isso permitiu que esses valores se tornassem a maior oferta pública de ações do ano no país.

A concessão onerosa —que estipula aspectos e período de administração de um bem ou serviço— foi um método muito utilizado na desestatização de diferentes estatais e equipamentos públicos durante as gestões tucanas no município, com João Dória, e no estado, com o ex-governador Geraldo Alckmin.

“Por um lado [a privatização] melhora o acesso, por outro não. A recente tentativa de privatização do Ibirapuera, que acabou resultando em uma concessão pública, também seria considerado um negócio absurdo para os cofres públicos e que talvez reflita bem a questão da pouca abertura à participação social e discussão sobre potenciais impactos”, afirma Patrícia.



Seca na Represa Cantareira durante o pior momento da crise hídrica no estado de São Paulo
Foto: Divulgação/Sabesp

A escassez hídrica no estado de São Paulo entre 2013 e 2014, agravada pelas mudanças climáticas e pelo crescimento populacional na região metropolitana da capital, foi para muitos especialistas no setor hídrico o momento em que a Sabesp teve maior dedicação em ser transparente com as reais condições de abastecimento e de certa forma conseguiu ter maior confiança da sociedade sobre as iniciativas públicas para a garantia de atendimento.

“Mesmo as empresas privatizadas permanecem com um grande grau de influência do Estado, como se percebeu ao longo das últimas décadas. Isso é um fator propício para a crises posteriores envolvendo fatores internos e externos”, explica Lazzarini.

A atual cobertura das privatizações, especialmente com a pressão de lobbies empresariais e políticos, exige uma análise ainda mais crítica do que a realizada desde os anos 90. É essencial que a mídia investigue as falhas, especialmente nas áreas de serviços essenciais. O destaque nas alegações de efetividade da abertura econômica não pode se sobrepor ao relato

sobre os riscos de precarização e exclusão social incluídos nos processos.

Quem está na liderança de instituições ou à frente de cargos públicos deve pautar o diálogo, mas a crescente polarização política acirra o debate. De fato, a maioria dos exemplos brasileiros de privatizações ignoraram os possíveis impactos sociais a longo prazo, incentivando o lucro privado ao invés de formar um consenso empresarial de comprometimento com as necessidades das pessoas socialmente vulneráveis.

Essa mudança de paradigma depende de vários fatores que passam por impedir que os interesses privados estejam acima do bem-estar coletivo. O desafio está em encontrar soluções equilibradas que não gerem retrocessos, como a precarização de bens e serviços públicos.





EXPEDIENTE

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior. Diretora da ECA-USP: Brasilina Passarelli. Chefe de departamento: Luciano Guimarães. Vice-chefe de departamento: Dennis de Oliveira. Professor orientador do Trabalho de Conclusão de Curso: André Chaves de Melo Silva. Ilustrações: Matheus Nascimento. Reportagem e diagramação: Matheus Nascimento. Endereço: Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, prédio 2 – Cidade Universitária, São Paulo, SP, 05508 920. Telefone: (11) 3091- 4112.

Todas as imagens utilizadas são livres de direitos ou foram devidamente garntidos os direitos de uso e reprodução

Minilivro com a longa reportagem completa

O material também está
disponível online no site

oefeitoprivatizacao.wix.com.br

Além da reportagem na íntegra, esse trabalho estará aberto para expansão, com a possibilidade de publicação no site de novas matérias com informações complementares ao universo das privatizações





O Efeito Privatização em SP

Uma longa reportagem sobre um tema que gera debate há mais de três décadas



**Um estado com uma
economia gigantesca**

**Que se fortalece com a
união de forças entre o
poder público e a
iniciativa privada**

Foto: Reprodução/Wikimedia Commons

“É necessário que a atividade jornalística reflita não somente em uma cobertura sobre os fatos relacionados ao tema, mas que ajude a promover a dissociação do debate ideológico entremeado nas discussões políticas”

Matheus Nascimento, autor da reportagem

A IMPORTÂNCIA DAS PRIVATIZAÇÕES

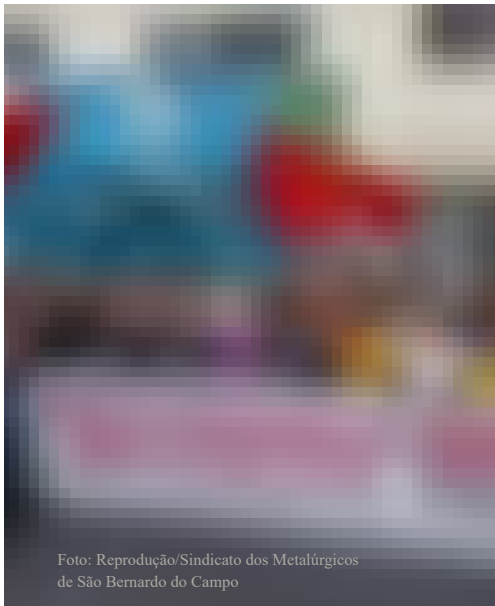


Foto: Reprodução/Sindicato dos Metalúrgicos
de São Bernardo do Campo

Objetivo

Esse é um blog jornalístico que se propõe a ter um olhar aprofundado sobre a pauta das privatizações no Brasil, compartilhando informações e análises de especialistas em administração pública sobre o panorama das privatizações no Brasil, mais particularmente em São Paulo.

[Leia a reportagem completa aqui](#)

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado pelo
estudante do oitavo período de Jornalismo na
ECA/USP

[Declaração de Acessibilidade](#)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

MATHEUS SILVA NASCIMENTO

Memorial descritivo
do Trabalho de Conclusão de Curso

SÃO PAULO

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Nascimento, Matheus Silva

O Efeito privatização em São Paulo: Uma longa reportagem que se propõe a trazer as boas soluções e os entraves encontrados nas relações público-privadas nas últimas três décadas em SP / Matheus Silva Nascimento; orientador, André Chaves de Melo Silva. - São Paulo, 2024.

24 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Jornalismo e Editoração / Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Agenda de privatizações. 2. Opinião pública. 3. Debate. 4. Relações público-privadas. 5. São Paulo. I. Chaves de Melo Silva, André. II. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

[FICHA CATALOGRÁFICA DA LONGA REPORTAGEM DIAGRAMADA]

ÍNDICE

INTRODUÇÃO DO PROJETO

APRESENTAÇÃO DO TEMA

SOBRE A JUSTIFICATIVA

SOBRE OS OBJETIVOS

SOBRE A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

SOBRE A ESTRATÉGIAS E ADAPTAÇÕES NA METODOLOGIA

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. INTRODUÇÃO DO PROJETO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como objetivo analisar os efeitos das privatizações no contexto brasileiro, com especial atenção ao estado de São Paulo, focalizando os impactos econômicos e sociais decorrentes da transferência de empresas estatais para o setor privado. Elaborei a tese de que o processo de privatização, que ganhou força no país durante a década de 1990, carece de um debate mais amplo e crítico nos dias atuais, especialmente no que diz respeito aos prejuízos acumulados em virtude dos programas de desestatização implementados ao longo dos anos. Além disso, as promessas de maior eficiência e crescimento econômico, amplamente divulgadas pelos governos como justificativa para tais medidas, ainda permanecem retóricas, enquanto os desafios sociais e as implicações de longo prazo continuam a suscitar controvérsias.

A pesquisa foi desenvolvida com o intuito de avaliar, de forma estratégica, as justificativas disseminadas durante os debates em casos de setores específicos, como a potencial melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas empresas privadas. Também busquei investigar em que medida essas promessas se concretizaram, especialmente em setores considerados atualmente desenvolvidos, mas que ainda apresentam falhas em regiões socialmente vulneráveis. Nesse contexto, o trabalho não apenas analisa os impactos econômicos, mas também propõe uma reflexão sobre o papel da imprensa na cobertura dos casos, avaliando a repercussão das notícias nos agentes do poder público, incluindo a ampliação de facilitadores para o exercício da liberdade de imprensa e acesso à informação. Com isso, me propus a expor uma visão equilibrada entre a crítica sobre os reais efeitos das privatizações no desenvolvimento econômico e social do país.

2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

As privatizações fazem parte de uma política econômica baseada na transferência de controle e administração de empresas ou serviços do setor público para o setor privado. Esse processo foi adotado em diversos países nas últimas décadas, impulsionado principalmente por questões econômicas e ideológicas. No Brasil, o processo de privatização começou a ganhar força a partir da década de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello, e se consolidou com o governo de Fernando Henrique Cardoso, impulsionado pela necessidade de redução do déficit público e aumento da eficiência nas operações de serviços essenciais. A chegada de mais investimentos estrangeiros no país provocou a consolidação

de um modelo econômico baseado na abertura e competitividade nos primeiros anos do governo de Lula, fato que resultou numa maior inserção do Brasil nas relações comerciais.

Em bibliografias como *Privatizações no Brasil: Razões, Processos e Efeitos* de Marcos Mendes, *Capitalismo de Laços* e *A privatização certa*, de Sérgio Giovanetti Lazzarini, e em livros e artigos de importantes economistas brasileiros como Luiz Carlos Bresser-Pereira, Celso Furtado e Armando Castelar observa-se uma análise crítica sobre os impactos sociais e econômicos das privatizações, destacando a necessidade de um equilíbrio entre o mercado e a função reguladora do Estado. Nos últimos anos, sob diferentes governos, a privatização continua sendo um tema de debate intenso, com um crescente questionamento sobre os reais benefícios da transferência de ativos públicos para a iniciativa privada e a importância da garantia de que a lucratividade das empresas do setor privado não estejam acima do interesse público.

3. SOBRE A JUSTIFICATIVA

A independência dos governos em relação ao mercado é fundamental para garantir que as políticas públicas, como as privatizações, atendam aos interesses da sociedade e não apenas a grupos privados ou financeiros. De acordo com a leitura de grande parte dos trabalhos relacionados a esse tema, quando os governos cedem à pressão de lobbies correm o risco de tomar decisões que favorecem a privatização de empresas estatais sem considerar adequadamente o impacto social, econômico e estratégico dessas ações. As desestatizações, muitas vezes impulsionadas pelos interesses corporativos, podem resultar em perdas significativas para o Estado, como a diminuição da capacidade de arrecadação e a perda de controle sobre setores estratégicos caso não existam organismos institucionais capazes de instrumentalizar uma estrutura sólida de fiscalização e capacitação de agentes públicos.

O contexto do agendamento da pauta sobre o tema na grande mídia brasileira nos últimos anos está diretamente relacionado com a autonomia que muitos e conhecidos grupos empresariais têm sobre as decisões de privatização. Não que muitas delas não sejam tomadas com base em estudos e uma análise rigorosa, transparente e voltada para o bem comum, mas o histórico apontado no texto da longa reportagem explica que ainda em sua grande maioria prevalecem as conveniências políticas ou interesses econômicos particulares dos donos de grandes corporações midiáticas vinculados à estruturas econômicas enraizadas nas instituições.

Por isso, cabe mais uma vez a imprensa desempenhar o papel crítico que inúmeras vezes pode ser negligenciado nas coberturas jornalísticas relacionadas aos casos. Todavia, a

tendência de muitos veículos de comunicação é a de favorecer narrativas de mercado, por vezes associadas a interesses empresariais, comprometendo a objetividade e profundidade da cobertura. Mesmo que parcial, o retorno do agendamento sobre os imbróglis envolvendo a temática pode ser um subterfúgio dos conglomerados midiáticos para implementar ciclicamente uma consciência global de que existem benefícios na política neoliberal.

4. SOBRE OS OBJETIVOS

No projeto, foi estabelecido dois objetivos centrais: a) refletir sobre quais foram as principais privatizações realizadas no estado durante as últimas décadas, dispondo de informações que estabeleçam um panorama das empresas privatizadas durante os governos tucanos, e, b) demonstrar que os casos de empresas que entraram em crise após a privatização servem como um alerta para os riscos envolvidos nesse processo e para a necessidade de um acompanhamento rigoroso por parte da imprensa e da sociedade civil sobre os processos de privatização em andamento.

Tendo como base esses aspectos planejados, a longa reportagem abordou não só o panorama histórico sobre o tema, mas também informações cruciais para a compreensão da agenda paulista proposta pelo atual governo do estado de São Paulo. A ideia original de prospectar fontes engajadas em ambos os pólos da discussão foi determinante para que nenhum dos eixos temáticos dos intertítulos do texto ficassem isolados ou desconexos com a proposta de pauta.

5. SOBRE A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Pude entender que um bom processo de desenvolvimento de pesquisa envolve diversas etapas e que só produzem resultados se estiverem interconectadas. Ao longo dessa trajetória, houveram muitos desafios e promessas que ficaram pelo caminho. A redação dos textos foi, sem dúvidas, a fase que exigiu ajustes constantes e foi capaz de aprimorar minha capacidade de produção textual e adaptação metodológica, considerando os imprevistos relacionados com fontes e apuração.

Durante o processo de apuração, enfrentei algumas dificuldades para conseguir entrevistas com profissionais que já representaram empresas privatizadas em cargos de liderança, políticos e representantes de sindicatos e movimentos sociais. Apesar desses obstáculos, o processo de revisão bibliográfica e apuração foi muito positivo, permitindo-me construir uma base sólida de conhecimento sobre o tema.

Foi a partir desse interesse em explorar diferentes percepções sobre a temática que precisei refinar ainda mais os subtemas propostos no projeto de pesquisa para algo mais específico. Essa formulação foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho, pois permitiu uma melhor delimitação do foco e das variáveis que seriam investigadas.

Primeiro, comecei a revisão bibliográfica estipulada, e nesse momento de leituras intensas pude aprofundar muito mais minha compreensão sobre o tema, além de identificar as lacunas que provavelmente ficariam abertas neste curto período dedicado à pesquisa. Durante o levantamento de fontes, percebi que o agendamento da mídia sobre privatizações, especialmente no contexto eleitoral de 2024, influenciou diretamente minha pesquisa. Temas como o aumento das tarifas, a qualidade dos serviços, e os impactos sociais dessas medidas foram amplamente debatidos pela opinião pública, o que trouxe insights valiosos para o trabalho.

Com um planejamento rigoroso e flexível, consegui enfrentar os desafios que surgiram. Devido à pretensão de entrega do trabalho neste semestre letivo, precisei focar no desenvolvimento de um website como produto final, abrindo mão temporariamente de outras possibilidades de formatos multiplataforma. Em um dos encontros de orientação com o Prof. Dr. André Chaves de Melo e Silva, tivemos a ideia conjunta de elaborar um material diagramado com o texto da longa reportagem como complemento ao projeto, o que agregou maior qualidade ao trabalho.

De modo geral, o desenvolvimento dessa pesquisa foi uma experiência de aprendizado intenso. Além das habilidades técnicas adquiridas, como o uso de ferramentas de comunicação visual e a aplicação de técnicas de entrevista, aprendi sobre a importância de um planejamento bem estruturado e da flexibilidade para ajustar o percurso conforme os desafios surgem. Esse processo ampliou minha visão crítica e consciente sobre minhas habilidades e dificuldades, bem como sobre as possibilidades de entrega no campo da pesquisa acadêmica.

6. ESTRATÉGIAS E ADAPTAÇÕES NA METODOLOGIA

A abordagem metodológica foi desenhada para proporcionar uma análise aprofundada sobre o tema proposto e para isso tive que pensar logo na elaboração do projeto de pesquisa em uma revisão bibliográfica enxuta, que abrangesse diretamente tópicos que estavam fundamentados como elementos importantes para discorrer sobre durante a elaboração da reportagem.

Durante a fase de coleta de informações de pesquisa acerca da temática das privatizações percebi que a credibilidade das fontes oficiais que divulgaram esses dados seria fundamental para que pudesse estabelecer um maior vínculo de confiança com o leitor. Além disso, as entrevistas foram os momentos mais importantes durante a produção do trabalho, já que os participantes observaram os fenômenos atuais referente à problemática.

Com flexibilidade, pude iniciar o processo de redação e produção de conteúdo para site e redes sociais por volta do início do mês de outubro. Inicialmente, na escrita do projeto de pesquisa, pensei que a parte dedicada à metodologia poderia não ser muito esclarecedora, porém isso não atrapalhou meus planos de responder as questões cruciais da pauta e de abrir novas perspectivas para investigações futuras.

7. CONCLUSÃO

Este memorial descritivo teve como objetivo relatar o processo de desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (TCC), destacando os principais momentos vividos durante a realização da pesquisa, bem como as metodologias utilizadas e as dificuldades encontradas ao longo da produção. Através deste relato, procurei demonstrar a evolução do meu conhecimento e das habilidades adquiridas ao longo do curso, evidenciando as decisões tomadas e os aprendizados obtidos.

A escolha do tema, motivada pelo meu interesse em encontrar evidências do por que aumenta o isolamento econômico de populações socialmente mais vulneráveis, também foi um ponto crucial para direcionar a principal crítica mencionada neste trabalho: o resultado de políticas públicas mal planejadas pelo Estado após a intensificação dos processos de privatização no Brasil.

A pesquisa foi conduzida com base em um rigor metodológico, que envolveu revisão bibliográfica, entrevistas e coleta de dados, ações que possibilitaram uma análise aprofundada sobre a pauta, a mudança de alguns vieses pessoais sobre a temática ao compreender a importância econômica e social de algumas empresas para o país mesmo após a privatização. A análise de informações durante a apuração foi elementar na comprovação dessa tese.

Durante o desenvolvimento do TCC, percebi que habilidades como organização e gestão do tempo foram fundamentais para a execução do projeto dentro dos prazos estabelecidos. A interação quinzenal com o orientador foi essencial nesse período de execução do projeto, pois foi nesses momentos que surgiram ideias muito relevantes que

ajudaram no enquadramento da pauta, influenciando diretamente na coesão das argumentações apresentadas.

Em termos de contribuição para a área de estudo, o TCC oferece um produto jornalístico que respeita o formato pretendido, que não relativiza a importância de incentivar o debate sobre privatizações. A realização deste trabalho não apenas aprofundou meu conhecimento, mas também me preparou para enfrentar os desafios profissionais que surgirão após a conclusão da graduação.

Por fim, este memorial descritivo reflete não apenas a dinâmica de desenvolvimento e um pouco das minhas habilidades adquiridas no processo acadêmico, mas também o aprendizado sobre o ofício do jornalista nos tempos modernos e a importância da ética profissional, que é crucial, independentemente da área de cobertura.

Durante esses anos de estudo, pude adquirir conhecimento acerca do que já foi ser jornalista e os desafios impostos ao nosso setor atualmente. A experiência de realização do TCC foi indispensável para que possa refletir sobre a continuidade dos meus estudos na área ou, talvez, para a minha inserção neste mercado de trabalho, permitindo-me aplicar os conhecimentos e habilidades desenvolvidas com maior experiência em arcabouço técnico, tendo disponível um material valioso para incrementar meu portfólio profissional/acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Conselho do Departamento de Jornalismo e Editoração. **Normas para o “Trabalho de Conclusão de Curso” do Curso de Jornalismo**. Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.usp.br/cje/?page_id=1331. Acesso em: 13 de novembro de 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo. Atlas, 1991.

SANTOS, Luiz Carlos dos. **Como elaborar memorial descritivo de natureza acadêmico profissional**. Artigo profissional publicado em website. Universidade Estadual da Bahia. Salvador, sem data de publicação.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo. Cortez, 2013.